



**ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA**

CENTRO ADMINISTRATIVO GOVERNADOR VIRGÍLIO TÁVORA

Av. Gal. Afonso Albuquerque de Lima s/n.º - Cambéa – Fortaleza – Ceará – CEP 60.830-120

DDD (0\*\*85) Telefone: 3207.7178 – fax: 3207.7190 – <http://www.tjce.jus.br> – e-mail: [corregedoria@tjce.jus.br](mailto:corregedoria@tjce.jus.br)

Ofício-Circular Nº. 57/2013-CGJ

Fortaleza, 12 de Março de 2013.

**Excelentíssimos(as) Senhores(as)  
Juizes(as) de Direito das Comarcas do Interior do Estado do Ceará**

Processo Administrativo nº 8500438-53.2013.8.06.0026/0-CGJCE  
ASSUNTO: Recomendação nº 09- Corregedoria Nacional de Justiça

Senhor(a) Magistrado(a),

No momento em que cumprimento Vossa Excelência, sirvo-me do presente para encaminhar a Recomendação nº 09, da Corregedoria Nacional de Justiça, dispondo sobre a formação e manutenção de arquivo de segurança pelos responsáveis pelas serventias do serviço extrajudicial de notas e registro, ao tempo em que solicito sejam feitas as devidas comunicações às serventias extrajudiciais que estejam sob sua responsabilidade.

Atenciosamente,

**Des. Francisco Sales Neto  
Corregedor-Geral da Justiça**



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
PODER JUDICIÁRIO

A. COMUNIQUE-SE  
APÓS ARQUIVE-SE  
FORTALEZA 04/103713  
DES. FRANCISCO SALES NETO

## MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Administrativo

Código de rastreabilidade: 200201332676

Nome original do documento: OFN°003-2012-COR-TJS.pdf

Data: 07/03/2013 17:22:19

Remetente: Ailson Marreira Silva

Corregedoria Nacional de Justiça

Conselho Nacional de Justiça



*Conselho Nacional de Justiça*  
**Corregedoria Nacional de Justiça**  
Gabinete da Corregedoria

**Ofício Circular nº 003/CNJ/COR/2013**

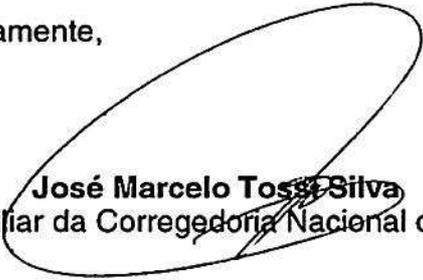
Brasília, 05 de março de 2013.

A Sua Excelência o(a) Senhor(a)  
Desembargador(a)  
Corregedor(a)-Geral de Justiça

Excelentíssimo(a) Senhor(a) Corregedor(a)-Geral,

De ordem do Exmo. Corregedor Nacional de Justiça, Ministro Francisco Falcão, cumprimento Vossa Excelência e encaminhamento anexo, para conhecimento e ampla divulgação para todas as serventias extrajudiciais, a Recomendação nº 09 editada por esta Corregedoria Nacional de Justiça, que dispõe sobre a formação e manutenção de arquivo de segurança pelos responsáveis pelas serventias extrajudiciais de notas e de registro.

Respeitosamente,

  
**José Marcelo Tosti Silva**  
Juiz Auxiliar da Corregedoria Nacional de Justiça



Poder Judiciário

*Conselho Nacional de Justiça*

Dispõe sobre a formação e manutenção de arquivo de segurança pelos responsáveis pelas serventias do serviço extrajudicial de notas e de registro.

### **RECOMENDAÇÃO Nº 09**

**O CORREGEDOR NACIONAL DE JUSTIÇA, Ministro Francisco Falcão,**  
no uso de suas atribuições legais e constitucionais;

**CONSIDERANDO** as notícias de destruição de acervos em decorrência de acidentes naturais, acarretando a necessidade de restauração de livros;

**CONSIDERANDO** a necessidade de manutenção de arquivo de segurança, para melhor preservação dos livros e documentos que compõem o acervo da serventia;

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA  
Disponibilizado no DJ-e, nº  
43/2013 em 07/03/13  
Matrícula 1226, Ass: \_\_\_\_\_

*Thaury Rosenthal*  
Analista Judiciário  
Matr. 1226



Poder Judiciário

*Conselho Nacional de Justiça*

**CONSIDERANDO** a existência de sistemas de informatização que possibilitam a formação e manutenção de arquivo de segurança em formato eletrônico ou em mídia digital, com custos inferiores ao tradicional sistema de microfilmagem;

**RESOLVE:**

**Art. 1º.** Recomendar aos titulares e aos responsáveis pelas delegações do serviço extrajudicial de notas e de registro que mantenham cópias de segurança em microfilme, ou arquivo em mídia digital formado por imagens extraídas por meio de “scanner”, ou fotografia, ou arquivo de dados assinado eletronicamente com certificado digital emitido em consonância com as normas do ICP-Brasil, ou qualquer outro método hábil, que, em sua fase inicial, deverá abranger os livros obrigatórios previstos em lei para as suas respectivas especialidades.

**Parágrafo 1º.** Mediante opção do Tabelião ou do Oficial de Registro, a formação de arquivo de segurança dos Livros de Notas poderá abranger os livros escriturados a partir do ano de 1980. O arquivo de segurança dos Livros de Protesto poderá abranger os livros escriturados a partir do ano de 1995.

**Parágrafo 2º.** O arquivo de segurança dos livros de protocolo de todas as especialidades do serviço de notas e de registro poderá ser formado por meio informatizado, dispensada a assinatura digital e a reprodução de imagem.

**Parágrafo 3º.** O arquivo de segurança dos índices do Registro Civil de Pessoas Jurídicas, do indicador pessoal do Registro de Títulos e Documentos (Livro D) e



Poder Judiciário

*Conselho Nacional de Justiça*

dos indicadores real e pessoal do Registro de Imóveis (Livros nºs 4 e 5) poderá ser formado por meio exclusivamente informatizado, dispensada a assinatura digital e a reprodução de imagem.

**Parágrafo 4º.** Poderá ser dispensada, a critério do Oficial de Registro, a formação de arquivo de segurança do Livro “D – de registro de proclama” do Registro Civil das Pessoas Naturais.

**Art. 2º.** Recomendar que o arquivo de segurança seja atualizado com periodicidade não superior a um mês e que ao menos uma de suas vias seja arquivada em local distinto da serventia, facultado o uso de servidores externos ou qualquer espécie de sistema de mídia eletrônica ou digital.

**Art. 3º.** Alertar que deverá ser formado e mantido arquivo de segurança dos documentos eletrônicos que integrarem o acervo da delegação do serviço extrajudicial, mediante “backup” em mídia eletrônica, digital ou outro método hábil à sua preservação.

**Art. 4º.** Alertar que o arquivo de segurança integrará o acervo da respectiva serventia e deverá ser transmitido ao novo titular da delegação em caso de extinção da delegação anterior, ou ao novo responsável pela delegação, em conjunto com os *softwares* que permitam o seu pleno uso e atualização.

**Art. 5º.** Esclarecer que prevalecerão as normas e determinações das Corregedorias Gerais da Justiça, dos Juízes Corregedores ou Juízes competentes



Poder Judiciário

*Conselho Nacional de Justiça*

na forma da organização local, sobre a formação e guarda de arquivo de segurança, caso existentes.

**Art. 6º.** Recomendar que, em 90 dias, as Corregedorias Gerais da Justiça promovam o levantamento das unidades do serviço extrajudicial de notas e de registro que não mantenham, ou não providenciarem nesse período o arquivo de segurança, e obtenham informações sobre as providências adotadas por essas unidades.

**Art. 7º.** Determinar o encaminhamento de cópia desta Recomendação às Corregedorias Gerais da Justiça, inclusive para ciência aos responsáveis pelas unidades do serviço extrajudicial de notas e de registro e aos Juízes Corregedores, ou Juízes competentes na forma da organização local para a fiscalização dos serviços extrajudiciais de notas e de registro.

Brasília - DF,

A handwritten signature in black ink, consisting of several fluid, overlapping strokes, positioned above the printed name of the signatory.

**MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**

**Corregedor Nacional de Justiça**